

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAPHAEL SARZÊDAS COTECCHIA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA:
O Papel da Marinha do Brasil na Soberania da Amazônia Azul**

Rio de Janeiro

2025

CC RAPHAEL SARZÊDAS COTECCHIA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA:
O Papel da Marinha do Brasil na Soberania da Amazônia Azul**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref.) Luiz Carlos de Carvalho Roth

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação é um marco que não teria sido possível sem o apoio inestimável de pessoas que estiveram ao meu lado. Esta jornada acadêmica, repleta de desafios e aprendizados, tornou-se mais leve e gratificante graças a cada um de vocês.

Em primeiro lugar, meu mais profundo e sincero agradecimento à minha amada esposa, Lali Albertini. Seu amor, paciência e compreensão foram o alicerce fundamental durante todo este percurso. Cada momento de dedicação aos estudos foi sustentado pela sua parceria e incentivo incondicional. Muito obrigado por ser meu porto seguro.

Ao meu orientador, CMG (Ref) Roth, expresso minha imensa gratidão. Sua orientação perspicaz, vasto conhecimento e paciência foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sou grato por cada direcionamento, cada conselho e, principalmente, pela inspiração que sua expertise proporcionou.

Agradeço imensamente à Escola de Guerra Naval, em especial ao seu corpo docente. A qualidade do ensino e o ambiente de constante estímulo intelectual foram essenciais para minha formação e para a conclusão desta pesquisa. Sou grato por todo o conhecimento compartilhado e pelas oportunidades de crescimento.

Por fim, e não menos importante, minha gratidão aos meus queridos amigos da Turma C-EMOS 2025. A camaradagem, as discussões enriquecedoras e os momentos de apoio mútuo foram de grande valia em meio à intensidade do mestrado. Ter vocês ao meu lado tornou a caminhada mais leve e memorável.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado. Esta conquista é, em grande parte, resultado da rede de apoio e incentivo que tive o privilégio de construir.

RESUMO

A geopolítica global do século XXI passa por transformações estruturais, reconfigurando os eixos de poder e as dinâmicas de conflito. Com o fim da Guerra Fria, o modelo geopolítico migrou de um foco em territórios para um sistema baseado em tecnologia, capital humano e rivalidades entre civilizações. Essa mudança impõe novos desafios à segurança e à soberania dos Estados. Nesse cenário, a Política Nacional de Defesa (PND) assume um papel crucial para o Brasil, estabelecendo as diretrizes para a proteção de seus interesses vitais em um ambiente internacional complexo. Este trabalho acadêmico propõe analisar o papel da Marinha do Brasil (MB) na defesa do território e da soberania nacional, examinando a PND sob uma perspectiva que contrasta teoria e empiria. Serão considerados os aspectos históricos, jurídicos e políticos que moldam a atuação da Força. A MB é vista como um pilar essencial da Defesa Nacional, dada a vasta extensão marítima onde atua: a "Amazônia Azul". Essa área, com quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados, é uma imensa fonte de riquezas e oportunidades para o país, exigindo proteção contra ameaças externas e o cumprimento de atribuições subsidiárias como segurança marítima, busca e salvamento e assistência humanitária. A relevância deste estudo reside na necessidade de readequar as políticas de defesa frente às rápidas mudanças globais. O cenário geopolítico atual, marcado por conflitos híbridos, inovações tecnológicas e novos desafios como terrorismo, crimes transnacionais, ataques cibernéticos e biopirataria, exige uma análise crítica contínua das capacidades de defesa do país. A vulnerabilidade de instalações energéticas, a pressão de potências navais sobre o tráfego marítimo, a pirataria no Atlântico Sul e a pesca ilegal (IPNN) são ameaças concretas que afetam diretamente a Amazônia Azul e os interesses nacionais. Diante disso, compreender as oportunidades de melhoria para a PND, com foco na Marinha, é crucial para o futuro do Brasil. O trabalho busca responder à questão central: Como aprimorar a Política de Defesa Nacional, no que se refere à defesa do território nacional e à garantia da soberania brasileira no século XXI, considerando os desafios contemporâneos identificados para a Amazônia Azul?

Palavras-chave: Política Nacional de Defesa, Amazônia Azul, Soberania, Geopolítica.

ABSTRACT

Considerations on the National Defense Policy: The Role of the Brazilian Navy in the Sovereignty of the Blue Amazon

The global geopolitics of the 21st century is undergoing structural transformations, reconfiguring the axes of power and the dynamics of conflict. With the end of the Cold War, the geopolitical model shifted from a focus on territories to a system based on technology, human capital, and civilizational rivalries. This change imposes new challenges to the security and sovereignty of States. In this scenario, the National Defense Policy (PND) assumes a crucial role for Brazil, establishing the guidelines for the protection of its vital interests in a complex international environment. This academic work proposes to analyze the role of the Brazilian Navy (MB) in the defense of the national territory and sovereignty, examining the PND from a perspective that contrasts theory and empirical evidence. The historical, legal, and political aspects that shape the Force's actions will be considered. The MB is seen as an essential pillar of National Defense, given the vast maritime expanse in which it operates: the "Blue Amazon." This area, with almost 4.5 million square kilometers, is an immense source of wealth and opportunities for the country, requiring protection against external threats and the fulfillment of subsidiary duties such as maritime security, search and rescue, and humanitarian assistance. The relevance of this study lies in the need to readjust defense policies in the face of rapid global changes. The current geopolitical scenario, marked by hybrid conflicts, technological innovations, and new challenges such as terrorism, transnational crimes, cyber-attacks, and biopiracy, demands a continuous critical analysis of the country's defense capabilities. The vulnerability of energy facilities, the pressure from naval powers on maritime traffic, piracy in the South Atlantic, and illegal, unreported, and unregulated (IUU) fishing are concrete threats that directly affect the Blue Amazon and national interests. Therefore, understanding the opportunities for improving the PND, with a focus on the Navy, is crucial for Brazil's future. This work seeks to answer the central question: How can the National Defense Policy be enhanced, with regard to the defense of the national territory and the guarantee of Brazilian sovereignty in the 21st century, considering the contemporary challenges identified for the Blue Amazon?

Keywords: National Defense Policy, Blue Amazon, Sovereignty, Geopolitics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB - Águas Jurisdicionais Brasileiras

AMB - Autoridade Marítima Brasileira

BID - Base Industrial de Defesa

CAPN - Campos de Atuação do Poder Naval

CC - Capitão de Corveta

CGCFN - Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

CM - Comandante da Marinha

CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CREDEN - Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional

EB - Exército Brasileiro

EGN - Escola de Guerra Naval

END - Estratégia Nacional de Defesa

ESG - Escola Superior de Guerra

FAB - Força Aérea Brasileira

FDM - Fundamentos Doutrinários Da Marinha

FFAA - Forças Armadas

FTM-UNIFIL - Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano

GCR - Guerra Centrada em Redes

GOOS-BRASIL - Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional

LCM - Linhas de Comunicação Marítimas

LCM - Linhas de Comunicação Marítimas

LEPLAC - Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

MB - Marinha do Brasil

MD - Ministério da Defesa

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

MN - Milha Náutica

NBQR - Nucleares, biológicas, químicas e radiológicas.

NCW - Network-Centric Warfare

OCOP - Obtenção da Capacidade Operacional Plena

OND - Objetivos Nacionais de Defesa

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PC - Plataforma Continental

PCT - Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré

PDN - Política de Defesa Nacional

PEM - Plano Estratégico da Marinha

PIB - Produto Interno Bruto

PLOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual

PND - Política Nacional de Defesa

PNE - Planta Nuclear Embarcada

PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PNM - Programa Nuclear da Marinha

PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro

PROHIDRO - Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos

PROILHAS - Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas

PROSUB - Programa de Submarinos

PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar

REEMPLAC - Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira

REVIMAR - Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha

SAR - Busca e Salvamento

SCPN - Submarino Convencional de Propulsão Nuclear

SisGAAz - Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE - Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E A MARINHA DO BRASIL: PILARES DA SOBERANIA E DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	13
2.1 CONSIDERAÇÕES NORMATIVAS	13
2.2 A IMPORTÂNCIA DA MARINHA DO BRASIL PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.....	16
3. AMAZÔNIA AZUL: DAS ORIGENS GEOPOLÍTICAS À ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DA MARINHA DO BRASIL	25
3.1 O INÍCIO DA GEOPOLÍTICA	25
3.2 A AMAZÔNIA AZUL	27
3.3 A FUNÇÃO DA MB FRENTE AOS DESAFIOS DA AMAZÔNIA AZUL.....	30
4. GEOPOLÍTICA MARÍTIMA NO SÉCULO XXI: ANÁLISE CRÍTICA DAS NOVAS AMEAÇAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA AMAZÔNIA AZUL	35
4.1 A NOVA LEITURA DA GEOPOLÍTICA.....	35
4.2 AS NOVAS AMEAÇAS DO SÉCULO XXI	39
5. CONCLUSÃO E SUBSÍDIOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.....	45
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

A geopolítica global, especialmente no século XXI, é marcada por transformações estruturais que reconfiguram os eixos de poder, as dinâmicas de conflito e os referenciais teóricos para a compreensão da ordem internacional. Em um cenário Pós-Guerra Fria, o mundo assistiu à transição de um modelo geopolítico centrado em territórios e recursos naturais para um sistema crescentemente baseado em tecnologia, capital humano e rivalidades entre civilizações. Essa reconfiguração impõe novos desafios à segurança global e, conseqüentemente, à soberania nacional dos Estados. Nesse contexto, a Política Nacional de Defesa (PND) assume um papel central para o Brasil, ao estabelecer as diretrizes e os objetivos para a salvaguarda de seus interesses vitais, especialmente em face de um ambiente internacional complexo e imprevisível.

Este trabalho acadêmico se propõe analisar o papel da Marinha do Brasil (MB) na defesa do território e da soberania nacional, examinando a PND sob uma perspectiva que contrasta teoria e empiria. Para tanto, serão considerados aspectos históricos, jurídicos e políticos que moldam a atuação da Força no cenário contemporâneo. Deste modo, a Marinha do Brasil é percebida como um dos pilares essenciais da Defesa Nacional, dada a vasta extensão marítima onde exerce sua principal atividade: a "Amazônia Azul". Esta ampla área, que abrange quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados e adiciona ao território nacional uma área equivalente a mais da metade do seu território terrestre, representa uma imensa fonte de riquezas e oportunidades para o país. Além da proteção contra ameaças externas, as atribuições subsidiárias como as ações em áreas como segurança marítima, busca e salvamento e assistência humanitária, todas de relevante importância a atuação da MB no Atlântico Sul.

A relevância deste estudo reside na necessidade de readequar as políticas de defesa em face das rápidas e constantes mudanças globais. As Forças Armadas, e em particular a MB, desempenham um papel insubstituível na garantia da soberania e da integridade territorial, atuando não apenas na proteção contra ameaças, mas também na dissuasão de potenciais agressões e na cooperação com outras nações. O cenário geopolítico atual, caracterizado por conflitos híbridos, inovações tecnológicas no campo militar e pela emergência de novos desafios como o terrorismo, crimes transnacionais, ataques cibernéticos e a biopirataria, exige uma

análise crítica e contínua das capacidades de defesa do país. A vulnerabilidade de instalações energéticas, a pressão de potências navais sobre o tráfego marítimo, a pirataria no Atlântico Sul e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IPNN), são ameaças concretas que afetam diretamente a Amazônia Azul e os interesses nacionais. Diante disso, a compreensão das oportunidades de melhoria para a PND, com foco na atuação da Marinha, torna-se crucial para o futuro do Brasil.

Esta dissertação busca, portanto, responder à seguinte questão: Como aprimorar a Política de Defesa Nacional, no que se refere à defesa do território nacional e à garantia da soberania brasileira no século XXI, considerando os desafios contemporâneos identificados para a Amazônia Azul?

Para abordar a questão proposta, o texto está estruturado em cinco capítulos, com o objetivo de analisar as oportunidades de melhoria necessárias ao texto da PND, considerando as rápidas e constantes mudanças globais, e com foco no papel da Marinha do Brasil como pilar da Defesa Nacional no mar.

O Capítulo 2, intitulado "Política Nacional de Defesa e a Marinha do Brasil: Pilares da Soberania e do Desenvolvimento Nacional", contextualiza a importância da PND em vigor para a soberania e o desenvolvimento do Brasil, reafirmando o papel da Marinha do Brasil para o seu sucesso. Serão apresentadas as considerações normativas que fundamentam a defesa nacional brasileira, desde a gênese dos documentos relacionados à política de defesa até suas versões mais recentes, bem como a importância e o objetivo de cada um, principalmente no tocante às atividades constitucionais da Marinha do Brasil.

O Capítulo 3, "Amazônia Azul: Das Origens Geopolíticas à Atuação Estratégica da Marinha do Brasil", explica a importância estratégica da Amazônia Azul e como a Marinha atua para proteger os recursos e o tráfego marítimo nessa vasta área. Serão abordados a formação e o desenvolvimento da Geopolítica como campo do conhecimento, desde as reflexões de pensadores da Antiguidade até os teóricos modernos que enfatizam a importância do poder marítimo. Será detalhada a conceituação da Amazônia Azul e suas vertentes econômica, ambiental, científica e de soberania, destacando a necessidade de proteção diante das ameaças externas e internas.

O Capítulo 4, "Geopolítica Marítima no Século XXI: Análise Crítica das Novas Ameaças e Suas Influências na Amazônia Azul", aborda as mudanças de paradigmas no contexto da geopolítica global e como isso afeta a proteção da Amazônia Azul, no

que se refere aos assuntos marítimos constantes da PND. Será analisada a transição de um modelo geopolítico focado em território e recursos para um sistema baseado em tecnologia e capital humano, bem como a emergência de novos desafios e seus impactos na soberania nacional, com destaque para o papel do Poder Naval. Serão discutidas as ameaças contemporâneas, como a guerra híbrida, a digitalização da guerra, a pirataria, a pesca ilegal, o crime organizado e as ameaças cibernéticas, e como os efeitos do Poder Naval se manifestam na neutralização ou mitigação dessas ameaças.

Finalmente, o Capítulo 5, "Conclusão e Subsídios para o Aperfeiçoamento da Política Nacional de Defesa", arremata o trabalho, gerando possíveis subsídios para o aprimoramento da atual PND. Serão propostas recomendações como a fixação de um percentual do PIB para o orçamento de defesa, a inclusão explícita da "Amazônia Azul" como prioridade nacional na PND e o fortalecimento da capacidade de conscientização da sociedade sobre a Defesa Nacional. Este capítulo consolidará as análises realizadas, reforçando a intrínseca relação entre a PND e a Marinha do Brasil na salvaguarda da soberania e no fomento do desenvolvimento nacional, em um cenário global cada vez mais complexo e imprevisível.

2. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E A MARINHA DO BRASIL: PILARES DA SOBERANIA E DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Neste capítulo será abordado desde a gênese dos documentos relacionados à política de defesa do Brasil até suas versões finais, bem como a importância e o objetivo de cada um, em especial no tocante das atividades constitucionais da Marinha do Brasil (MB).

2.1 CONSIDERAÇÕES NORMATIVAS

A formulação e a execução da Política Nacional de Defesa (PND), bem como a atuação estratégica da MB, estão fundamentadas em um arcabouço jurídico-normativo que estabelece os limites, competências e diretrizes do poder público na condução da defesa nacional.

Sousa (2016) relata que o conceito de “Livro Branco de Defesa” surge da combinação simbólica de dois elementos: a cor branca, que em diversas culturas representa a paz, e o livro, associado à transparência e à divulgação de informações. Segundo o autor, o estadista britânico Winston Churchill foi o primeiro a publicar um *White Paper*, em 1922, documento considerado precursor do que hoje conhecemos como Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), sendo este reconhecido como a primeira versão de um documento público voltado à defesa no cenário internacional.

Ainda conforme este autor, durante a Guerra Fria, o princípio da publicidade das questões de defesa foi progressivamente adotado por países do bloco ocidental, marcando uma segunda fase nesse processo. Exemplo disso são as publicações realizadas pelo Canadá em 1951; pela Austrália e pela França em 1972; pela África do Sul em 1977; e pelos Estados Unidos em 1987. Já entre os países que integravam a então Cortina de Ferro, esse movimento só teve início após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com destaque para a Hungria, que publicou seu Livro Branco em 1993; a Estônia, em 1996; e a Lituânia, em 1999. Por fim, o autor identifica uma terceira e última fase de consolidação desse tipo de documento: o período posterior aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A adoção, pelos Estados Unidos, do conceito de “guerra preventiva” gerou um esvaziamento do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) e instaurou um

clima de incerteza nas relações internacionais. Diante desse cenário, diversos países optaram por publicar seus primeiros Livros Brancos de Defesa, com o objetivo de demonstrar transparência e esclarecer suas intenções militares perante a comunidade internacional.

Por sua vez, Pinto (2015) registra que o documento pioneiro da defesa nacional brasileira foi publicado durante a segunda fase desse movimento internacional, em 1996. Tratava-se do primeiro documento público de defesa do país, apresentado sob a forma de um livreto com apenas dez páginas, intitulado Política de Defesa Nacional (PDN). Esse marco inicial representou um esforço inédito de institucionalização e transparência no setor de defesa brasileiro, sendo posteriormente atualizado somente em 2005, o que demonstra a ainda incipiente cultura de revisão e divulgação regular de diretrizes estratégicas naquele período. Ainda é relatado que a criação da versão inicial contou com a realização de eventos e consultas públicas organizadas pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN). Esses encontros tiveram como objetivo promover o debate e colher contribuições de acadêmicos especializados em temas de defesa. Após a divulgação do documento, surgiu, por parte desse grupo, a sugestão de desenvolver uma edição mais abrangente, com informações acessíveis ao público em geral, incluindo dados sobre equipamentos e outros detalhes, aproximando o conteúdo do formato adotado pelos Livros Brancos europeus.

Após a atualização da PDN em 2005, a Estratégia Nacional de Defesa (END) foi, em 2007, oficialmente instituída, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, foi criado o Comitê Ministerial responsável por sua formulação, liderado por Nelson Jobim, à época Ministro da Defesa, e coordenado pelo chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos Roberto Mangabeira Unger. Esse comitê também incluía representantes de outros ministérios, além dos comandantes das Forças Armadas. A primeira publicação da END foi lançada em 2008, com o propósito de promover a modernização das estruturas de defesa do país — uma necessidade antiga apontada pelo setor de defesa (Borelli, 2018).

Com a nova revisão, em 2012, a PDN passou a ser chamada de Política Nacional de Defesa, já inserida no processo de revisões a cada quatro anos, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com suas modificações posteriores (PND, 2024). Por fim, somente em 2012 que ocorreu a publicação do nosso LBDN, consolidando de forma transparente “a organização do

setor de Defesa do Brasil, relacionando princípios e objetivos a contexto estratégico interno e externo, planejamento, projetos e orçamento” (Plum, 2020, [s.p.]).

Além da função do LBDN, se faz necessário entendermos a função dos demais documentos, para isso, o próprio livro nos explica quando o assunto se trata sobre a defesa do país, que a PND é o documento, para planejamento das ações de defesa, de mais alto nível.

Com o propósito prioritário de conter ameaças externas, a PND (2024) estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), os quais orientam o preparo e o emprego das diversas expressões do Poder Nacional, em especial o militar — diante das conjunturas que possam vir a afetar a soberania e a segurança do país. A partir da análise estratégica dessas variáveis, a PND propõe medidas a serem implementadas para que tais objetivos possam ser efetivamente alcançados, buscando aproveitar de forma otimizada as capacidades e potencialidades do Estado brasileiro no campo da defesa.

O LBDN (2024) também discorre que a END serve como guia para os diversos setores do Estado brasileiro, indicando as ações que precisam ser executadas para alcançar os objetivos estabelecidos na PND. Dessa forma, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece uma conexão entre a postura do Brasil em relação à defesa e as medidas práticas necessárias para garantir que o Estado tenha a capacidade de proteger seus interesses e, apoiando-se na PND, estabelece de maneira clara e direta as diretrizes estratégicas que devem orientar a sociedade nas iniciativas voltadas à proteção da Pátria. A END aborda, ainda, os princípios fundamentais sobre os quais a defesa nacional deve estar organizada, além de apontar as formas de articulação entre os Poderes da República e a cooperação entre os diversos níveis de liderança e os setores não governamentais envolvidos nessas ações.

Dessa forma, observa-se que a estrutura normativa que sustenta a Política Nacional de Defesa e a atuação da Marinha do Brasil revela um esforço contínuo de institucionalização, modernização e transparência das ações de defesa no país. A evolução dos marcos regulatórios, aliada à adoção de instrumentos como o Livro Branco de Defesa Nacional, contribui para fortalecer a cultura estratégica brasileira, alinhando o setor de defesa às exigências do contexto geopolítico contemporâneo e às expectativas da sociedade civil.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA MARINHA DO BRASIL PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Diante do panorama normativo que estrutura a PND, torna-se essencial analisar, de forma específica, o papel da Marinha do Brasil. O documento, ao identificar ameaças potenciais à soberania e à integridade territorial, estabelece diretrizes estratégicas que demandam uma atuação eficaz e permanente das forças navais, tanto no patrulhamento e proteção do espaço marítimo quanto na projeção do poder estatal em áreas de interesse. Assim, esta subseção busca evidenciar como a MB contribui diretamente para o sucesso desta política, destacando as capacidades estratégicas necessárias, que a posicionam como um dos pilares fundamentais da defesa e da segurança do Estado brasileiro.

É importante entendermos que conforme estabelecido na Doutrina Militar de Defesa (DMD), o Poder Nacional é subdividido em cinco expressões (política, militar, econômica, psicossocial e científica-tecnológica), e definido como:

a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, de alcançar e manter os objetivos nacionais. Alguns desses objetivos estão expressos na Constituição Federal, no Artigo 3º do Título I, como objetivos fundamentais (Doutrina Militar de Defesa, p. 15, 2007).

A PND (2024), já em sua introdução, destaca que desde 1996, ano de sua primeira edição, o Estado brasileiro tem direcionado esforços para o aprimoramento da estrutura de defesa nacional. Trata-se de um processo caracterizado por elevada complexidade e de natureza contínua e prolongada, uma vez que exige análises permanentes e a implementação de medidas voltadas à identificação de ameaças potenciais, à qualificação profissional dos militares, à modernização dos meios das Forças Armadas (FFAA) e ao fortalecimento das capacidades estratégicas do país em diversas áreas. Ademais, envolve a formulação e a atualização de diretrizes, doutrinas, conceitos e procedimentos referentes ao preparo e ao emprego das FFAA, reconhecidas como a expressão militar do Poder Nacional.

Ainda na parte introdutória da nossa PND (2024), podemos observar que o processo de aperfeiçoamento e a concepção de sua estrutura de Defesa considera tanto os direcionamentos da política externa do Brasil quanto os Objetivos Fundamentais. Além de considerar também as políticas específicas de cada setor do país, a nossa realidade socioeconômica e vasta dimensão territorial, os espaços aéreo

e marítimo sob jurisdição nacional, as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) estratégicas e outros fatores relevantes. Dada toda essa complexidade, é necessário coordenar as iniciativas do Ministério da Defesa (MD) com as ações de demais órgãos estatais e da sociedade. A base desta Política está justamente na evolução desses contextos.

O capítulo dois da PND apresenta oito fundamentos considerados essenciais para o êxito de sua implementação. No âmbito deste trabalho, serão analisados apenas os quatro fundamentos que guardam relação direta com as atividades constitucionais atribuídas à MB.

O primeiro deles é questão da articulação dessa política com as demais políticas nacionais, sempre sob coordenação do MD, a fim de unir os esforços do Brasil para sedimentar o nosso Poder Nacional.

O segundo discorre que a PND serve para expressar os objetivos que necessitam serem alcançados para garantir a Defesa Nacional, definido como “conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Política Nacional de Defesa, p. 11, 2024).

O terceiro, define a contribuição para a discernimento da Segurança Nacional, que possui a definição de ser uma condição para se permitir: a nossa soberania e integridade territorial; a realização dos interesses do Brasil independentemente das ameaças e pressões internas e externas; e a garantia para que os brasileiros possam exercer seus direitos e deveres estabelecidos na constituição federal.

O quarto e último fundamento a ser abordado, é o do entorno estratégico brasileiro, compreendido como “(...) a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (Ibid.).

Ainda no capítulo dois, quando é tratado do Ambiente Nacional, a MB aparece como um importante pilar na nossa PND, mesmo que de forma implícita, quando o documento discorre sobre a necessidade de dar prioridade não apenas para as regiões onde se destacam os poderes econômico e político, mas também para as nossas fronteiras, para a Amazônia e para o Oceano Atlântico na sua parte sul.

Nesta parte do documento, são abordados também diversos itens sobre o ambiente internacional, podendo-se observar que dois deles estão diretamente ligados à MB. O *primeiro* seria na parte que é observado que a Antártica, o Atlântico

Sul, a América do Sul e os países limítrofes da costa ocidental da África possuem enormes reservas naturais num mundo consciente da sua importância e escassez. Esse cenário pode resultar em conflitos nos quais o uso da força, ou seu emprego como instrumento de apoio a sanções políticas e econômicas, tende a se tornar predominante. Ademais, observa-se uma crescente ampliação da presença e da influência de potências estrangeiras nessas regiões. Nos países que fazem parte da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS¹, pode ser observado um aumento nas atividades ilícitas transnacionais, como crimes ambientais, pesca ilegal além de estarem presentes países externos a esse entorno, mas que possuem diversos interesses na região. Isto posto, nosso Poder Nacional, em suas cinco expressões, deve estar sempre capacitado de fazer valer os interesses do Brasil.

O *segundo* item a respeito do ambiente operacional diretamente relacionado com a MB:

O Brasil possui um território de cerca de 8.5 milhões de km², uma área oceânica denominada Amazônia Azul®² com 5,7 milhões de km², um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão e, ainda, mais de 17.000 km de fronteira terrestre e limites com: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além da Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França) (Ibid., p. 17).

Em seu capítulo três, relativo à concepção política de defesa, a PND (2024) expõe que a manutenção da paz e da estabilidade no cenário internacional exige iniciativas articuladas e coordenadas em três áreas fundamentais. A primeira, o Desenvolvimento, busca mitigar as fragilidades estruturais dos países. A segunda, a Diplomacia, visa harmonizar interesses divergentes entre nações. Por fim, a Defesa, tem como objetivo prevenir ou enfrentar possíveis ameaças e ações hostis. Essas áreas fundamentais – Diplomacia, Desenvolvimento e Defesa – devem ser aplicadas com maior ou menor ênfase, dependendo das particularidades de cada situação, para assegurar a Segurança e a Defesa nacionais.

Por consequência, como a Defesa possui uma natureza preponderantemente voltada para ameaças externas e levando em conta os ambientes internos e externos do país, o Brasil articula a Defesa Nacional com base não apenas nos princípios já

¹ A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul é um fórum internacional criado em 1986 por iniciativa do Brasil e apoio da Argentina. Aprovada pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, o objetivo da ZOPACAS é promover a paz e segurança, a cooperação regional e o desenvolvimento socioeconômico na região do Atlântico Sul.

² Importante esclarecer que a Amazônia Azul é uma marca registrada da Marinha do Brasil (Silva Filho, 2011).

previstos na nossa Constituição, mas também os princípios abordados ainda no capítulo três da PND (2024), dos quais, em virtude do objeto do trabalho serem os relacionados à MB, podemos destacar os seguintes: a) manter as FFAA equipadas, preparadas e motivadas, para que sejam capazes de cumprir as missões constitucionais e de prover uma capacidade de dissuasão pertinente; b) procurar para o Setor de Defesa uma regularidade financeira que seja adequada as ambições do Brasil; c) priorizar os investimentos nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação e Saúde, voltados para o desenvolvimento de produtos de defesa com aplicação militar e/ou dual, com o objetivo de fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID) e d) promover a autonomia tecnológica nacional; e, em favor da nossa defesa, Incentivar que toda a sociedade participe na mobilização nacional.

No contexto desses princípios, com o intuito de contribuir para a eficácia do investimento do Estado Brasileiro e o desenvolvimento da área de Defesa, observa-se no Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040 (2020), a existência de sete programas estratégicos na Força, a saber:

- a) *Pessoal – Nosso Maior Patrimônio*, que tem como objetivo aprimorar os sistemas e processos ligados à administração de pessoal;
- b) *Programa Nuclear da Marinha (PNM)*, com seus dois principais projetos – o Ciclo do Combustível Nuclear e a Planta Nuclear Embarcada (PNE) – que são vitais para o desenvolvimento e a construção do submarino convencional com propulsão nuclear, que trará uma nova perspectiva para a Defesa Nacional e que também geram benefícios para outros setores, como energia, saúde e agroindústria, devido ao seu caráter dual;
- c) *Construção do Núcleo do Poder Naval*, onde estão inseridos o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO), o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PCT), o Programa de Submarinos (PROSUB) além do Programa PROADSUMUS (que se relaciona com a manutenção do poder combatente do Corpo de Fuzileiros Navais). Uma das principais características desses programas é o ponto de vista econômico, uma vez que ele é capaz de impulsionar o crescimento industrial brasileiro e de setores correlacionados, formando “*clusters marítimos*”³ e contribuindo para a criação de empregos, tanto diretos quanto indiretos;

³ Formar um cluster marítimo significa agrupar indústrias, empresas, instituições (governo, órgãos de

- d) *Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP)*, que visa garantir a manutenção ou a modernização dos recursos já existentes, abrangendo também o suprimento de peças de reposição, armamentos e munições. Ademais, a iniciativa está em consonância com o Objetivo Nacional de Defesa estabelecido na PND, que visa promover a independência externa de produção e desenvolvimento tecnológico no setor de defesa, incentivando a adoção de tecnologias nacionais de uso ambivalente e contribuindo significativamente para a criação e manutenção de empregos diretos e indiretos;
- e) *Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)*, para monitoramento e controle integral das Águas Jurisdicionais Brasileiras além da nossa área de responsabilidade internacional de Socorro e Salvamento;
- f) *Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos*, para que o país possa estabelecer na região Norte, um múltiplo complexo naval que além de fomentar a mentalidade marítima nacional, contribuirá para o fomento da BID e sua consequente geração de empregos na região; e,
- g) *Mentalidade Marítima*, programa que visa conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância do mar para a Nação.

Neste enquadramento, verifica-se no próprio site do Ministério da Defesa que, em 2023, por ocasião do lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Governo Federal destinou investimentos de R\$ 53 bilhões no eixo Defesa, que têm como objetivo dotar o país com tecnologias avançadas, bem como ampliar sua capacidade de proteção nacional além de impulsionar o desenvolvimento da BID, contribuindo para a geração de renda e emprego. Atualmente, o setor de Defesa corresponde a aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e é responsável por quase 3 milhões de empregos, tanto diretos quanto indiretos (Nóbrega, 2023).

Nesse mesmo sentido, Rodrigues e Ribeiro (2023) relatam, em reportagem da CNN, que o orçamento divulgado pelo governo para as FFAA em 2023, foi de quase R\$ 123 bilhões e que haveria um aumento para o ano de 2024. Porém, verificando recentemente o portal da transparência é possível constatar que o orçamento em 2023

foi de pouco mais do que R\$ 90 bilhões, o de 2024 aproximadamente R\$ 94 bilhões em conforme o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, aprovado pelo congresso nacional em março deste ano, o Ministério da Defesa receberá um aporte de R\$ 95,9 bilhões, sendo o 5º maior orçamento entre as pastas do governo federal.

Continuando a trabalhar com os princípios da PND (2024), os dois próximos, que orientam a concepção da Defesa Nacional e guardam relação direta com as atribuições da Marinha do Brasil, referem-se, respectivamente, à manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e de cooperação mútua e à priorização da cooperação internacional e da integração com os países da América do Sul, sem, contudo, comprometer a capacidade de dissuasão, visando à construção de soluções conjuntas para questões de interesse comum ou correlato.

Na mesma linha, Cerqueira (2023) afirma que a Marinha do Brasil desempenha papel central na promoção da segurança e cooperação no Atlântico Sul, que é considerada uma área estratégica pela PND. Segundo a autora, a atuação da Marinha visa prevenir e resolver conflitos de forma pacífica, fortalecendo laços com marinhas e órgãos de segurança de países africanos, especialmente no Golfo da Guiné, região marcada por pirataria, tráfico e outros crimes praticados no mar. Afirma também que, a presença brasileira contribui para a estabilidade regional e o desenvolvimento de políticas eficazes de segurança marítima ao destacar que o Brasil mantém adidâncias militares em oito países africanos e realiza missões de assessoria naval - em nações como Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - apoiando a formação e estruturação de forças navais locais.

Além disso, a autora ressalta que acordos de cooperação, como o firmado com Camarões, contribuem para a ampliação do compartilhamento de informações e para a coordenação de esforços no combate a ilícitos marítimos. Ademais, militares africanos recebem treinamento em instituições brasileiras, o que promove o intercâmbio de conhecimentos e fortalece a confiança mútua entre os países envolvidos. Por fim, Cerqueira (2023) observa que a MB participa ativamente de operações multinacionais, como “*Obangame Express*”, “*GUINEX*”, “*Grand African NEMO*” e “*IBSAMAR*”, que visam aprimorar a interoperabilidade e a capacidade de resposta conjunta a ameaças no Atlântico Sul. No âmbito diplomático, o Brasil lidera iniciativas como a ZOPACAS, promovendo debates e eventos para fortalecer a cooperação marítima e a segurança regional, essenciais para o desenvolvimento socioeconômico e a proteção dos interesses estratégicos brasileiros.

Quando a PND (2024) cita como princípio a questão da necessidade de ter que proteger a Amazônia, bem como integra-la as outras regiões do Brasil, Rodrigues (2024) reporta que, o Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Norte, por exemplo, atua há 50 anos no controle do delta do Rio Amazonas, garantindo a segurança das linhas de comunicação fluviais, apoiando órgãos de segurança pública no combate a crimes transfronteiriços e ambientais, e participando de operações integradas como a “Ágata Fronteira Norte”, em cooperação com outras Forças Armadas e órgãos federais. Além disso, o portal gov.br complementa que a Marinha realiza patrulhas, operações de busca e salvamento, e ações cívico-sociais, levando atendimento médico a milhares de ribeirinhos⁴.

Assim, Oro de Carvvalho ([202-]) na obra “A Marinha na Amazônia Ocidental”, reporta que a MB contribui para a integração da Amazônia ao restante do Brasil por meio do desenvolvimento do modal hidroviário, realizando levantamentos hidrográficos, atualização de cartas náuticas e formação de profissionais para atuar nas hidrovias. Segundo o autor, essas ações facilitam o transporte de cargas e passageiros, promovendo o escoamento da produção local e reduzindo a dependência do modal rodoviário, o que representa uma vantagem logística e econômica para a região Norte e para o país como um todo. A criação de centros técnicos de formação de aquaviários e a aquisição de navios especializados para sondagens dos rios são exemplos concretos desse esforço.

Por fim, pode-se citar mais três princípios da PND (2024) que, são correlatos entre si e, que, são diretamente relacionados com a Marinha: 1) agir no âmbito de organismos internacionais, com foco na legitimidade e no respaldo jurídico global, em conformidade com os compromissos estabelecidos em convenções, tratados e acordos internacionais, e sempre em respeito nossa constituição; 2) fazer parte de organismos internacionais, a fim de dar visibilidade ao Brasil; e 3) ajudar no bem estar dos povos e por consequência contribuir para a estabilidade global, fazer parte de missões internacionais. Nesse mesmo sentido, Ferreira (2022) destaca que, desde 1956, nosso país participa de missões de paz da ONU, tendo participado de 41 das 71 Operações de Manutenção da Paz desta entidade. No cerne desses De Souza

⁴ NAVIOS da Marinha levam atendimento de saúde a ribeirinhos na Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/01/navios-da-marinha-levam-atendimento-de-saude-a-ribeirinhos-na-amazonia>. Acesso em: 15 abr. 2025.

(2012) cita que a Marinha do Brasil, por meio do Corpo de Fuzileiros Navais, tem participação ativa em missões de paz da ONU desde suas primeiras operações, seja com observadores internacionais ou tropas. De acordo com o autor, em 1995, contribuiu na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) e na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), ajudando a apaziguar tensões fronteiriças. Também esteve presente em missões na antiga República da Iugoslávia, em 1999, durante o conflito no Kosovo, destacando-se pela cooperação internacional e pela experiência adquirida por seus combatentes.

De igual maneira, em nota no site da MB o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) ressalta a participação da MB, em conjunto com o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) por 13 anos na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)⁵. Contribui ainda, a reportagem no site da Força Aérea por último que ressalta que a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), foi criada em 2006 e de 2011 até 2021 foi chefiada por um Almirante Brasileiro⁶.

Para finalizar, o último princípio da Política Nacional de Defesa (2024) a ser considerado trata da preservação da Antártica como patrimônio mundial, devendo ser mantida intacta e destinada exclusivamente à realização de pesquisas científicas. No site da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM) apresenta os principais aspectos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), detalhando a presença continuada do Brasil no continente e destacando o papel central da Marinha do Brasil na logística, apoio às pesquisas científicas e manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz⁷.

Em síntese, a Marinha do Brasil se consolida como elemento estratégico fundamental para a efetividade da Política Nacional de Defesa, desempenhando funções que vão do patrulhamento e proteção do vasto espaço marítimo brasileiro à projeção do poder estatal em áreas de interesse, como o Atlântico Sul e a Amazônia Azul. Sua atuação abrange desde o desenvolvimento tecnológico e fortalecimento da Base Industrial de Defesa até a cooperação internacional, contribuindo para a

⁵ MINUSTAH. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfn/minustah>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁶ MARINHA deixa a UNIFIL. Disponível em: <https://forcaaerea.com.br/marinha-deixa-a-unifil/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁷ PROGRAMA Antártico Brasileiro (PROANTAR). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/sobre>. Acesso em: 15 abr. 2025.

segurança regional, integração nacional e participação ativa em missões de paz e pesquisa científica, especialmente na Antártica.

Dessa forma, a Marinha não apenas assegura a soberania e integridade territorial, mas também impulsiona o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, promovendo a integração entre as regiões brasileiras e fortalecendo a presença do Brasil em fóruns e operações internacionais. Assim, a MB reafirma seu papel como pilar indispensável da defesa e da segurança nacional, alinhada aos objetivos e princípios estabelecidos pela Política Nacional de Defesa.

3. AMAZÔNIA AZUL: DAS ORIGENS GEOPOLÍTICAS À ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DA MARINHA DO BRASIL

Neste capítulo abordaremos a importância estratégica da Amazônia Azul, destacando suas vertentes econômica, ambiental, científica e da soberania. Analisaremos a evolução da geopolítica, até chegarmos ao conceito de “Amazônia Azul”, o papel central da Marinha do Brasil na proteção dos recursos naturais e do tráfego marítimo dessa vasta área. Por fim, veremos ainda os desafios enfrentados pela MB bem como suas estratégias adotadas para garantir a segurança e os interesses nacionais no mar.

3.1 O INÍCIO DA GEOPOLÍTICA

Primeiramente, é necessário compreender como se deu a formação e o desenvolvimento da Geopolítica enquanto campo do conhecimento. Para isso, tomamos como referência Meira Mattos (2002), que, no primeiro capítulo de sua obra *“Geopolítica e Modernidade”*, explica que a Geopolítica é resultado do desenvolvimento progressivo da análise sobre a forma como o ser humano utiliza e transforma o ambiente natural. Esse processo percorre desde uma fase inicial de observação normativa até se firmar como um saber sistematizado e, posteriormente, como uma teoria consolidada.

O autor continua argumentando que antes mesmo de receber um nome próprio e ser reconhecida como um campo de estudo independente, a Geopolítica foi antecedida por reflexões acerca do impacto da geografia nas ações humanas sobre o planeta. Essas ideias já eram debatidas por pensadores e estudiosos da Antiguidade, como Heródoto, Hipócrates, Platão, Aristóteles e Estrabão.

Ao analisar a Idade Média, Meira Mattos (2002) destaca alguns pontos relevantes: a tentativa do geógrafo Jean Bodin de sistematizar o pensamento geográfico-político, enfatizando a importância da relação entre o Estado e o meio físico; e, posteriormente, as contribuições significativas de pensadores como Emmanuel Kant, Montesquieu e Hegel para a análise dessa mesma interação. Meira Mattos segue mencionando Hegel. Dedicar um capítulo inteiro à “Base Geográfica da História”, no qual aprofunda a discussão sobre como a geografia influencia a formação do homem e da sociedade política. Por fim analisa Napoleão Bonaparte, que no auge

de seu poder, chegou a afirmar que “a Geografia indica o destino das nações” (Meira Mattos, 2002, p. 18). Essas ideias, dentre outras, foram fundamentais para organizar uma reflexão normativa sobre a conexão entre política e geografia, abrindo caminho para o surgimento da Geopolítica como disciplina.

Ao tratar do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, Meira Mattos (2002) observa que esse período foi marcado por importantes avanços nas ciências sociais e na geografia. Destacam-se, por exemplo, na Alemanha, as obras de Friedrich Ratzel “*Antropogeografia*” e “*Geografia Política*”, bem como o trabalho inovador de Rudolf Kjellén, intitulado “*Geopolítica*”. Este último ultrapassou os limites da Geografia Política, que era mais estática e descritiva, para propor uma abordagem dinâmica e prospectiva. Ratzel chegou a comparar a Geografia Política a uma fotografia, enquanto a Geopolítica seria como o cinema, pois retrata a movimentação e a transformação dos acontecimentos.

Dando continuidade ao seu raciocínio, Meira Mattos (2002) esclarece que, além das abordagens teóricas, diversos autores de perfil prático e intuitivo contribuíram com obras clássicas para a Geopolítica, as quais ainda hoje servem de referência para a política internacional. Entre eles destacam-se o Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan, autor de “A Influência do Poder Marítimo na História, 1660-1783”⁸, e o britânico Halford J. Mackinder, responsável por “O Pivô Geográfico da História”⁹ e “Ideais Democráticos e Realidade”¹⁰. Vale dizer que, Mahan e Mackinder ainda são reconhecidos como os principais teóricos das estratégias do Poder Marítimo e do Poder Continental, respectivamente.

Na segunda parte de seu livro, Meira Mattos aborda os geopolíticos brasileiros, iniciando com a menção à relevância do embaixador José Oswaldo Meira Penna. Em

⁸ Em 1890, Mahan reuniu suas palestras universitárias e as publicou como “*The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783*”. Neste livro, ele defendeu a importância primordial do poder marítimo na supremacia histórica nacional. O livro, lançado em um momento de grande avanço tecnológico em navios de guerra, obteve reconhecimento imediato no exterior. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Alfred-Thayer-Mahan#ref264961>. Acesso em: 17/05/2025

⁹ “*The Geographical Pivot of History*”, artigo lido para a Royal Geographical Society em 1904, Mackinder argumentava que o interior da Ásia e a Europa Oriental (o coração da Europa) haviam se tornado o centro estratégico da “Ilha Mundial” como resultado do declínio relativo do poder marítimo em relação ao poder terrestre e do desenvolvimento econômico e industrial do sul da Sibéria. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Halford-Mackinder#ref96519>. Acesso em: 17/05/2025.

¹⁰ “*Democratic Ideals and Reality*”, foi um pequeno livro publicado no início de 1919, durante a Conferência de Paz de Paris. O papel da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, ele considerava, era preservar o equilíbrio entre as potências que disputavam o controle do coração do país. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Halford-Mackinder#ref96519>. Acesso em: 17/05/2025.

sua obra “*Política Externa*”, Meira Penna afirma que o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, representou o ponto de partida da imposição geopolítica sobre a história do Brasil. O autor também cita o Golbery do Couto e Silva, que dentre diversos tópicos, destacou a ampla frente marítima brasileira. Menciona também a professora Therezinha de Castro que já na década de 70 postulou, dentre outros, a importância da: Geoestratégia do Atlântico Sul, defendendo uma presença ativa do Brasil no Atlântico Sul; Ocupação da Antártida, como sendo de importância estratégica; Política de integração com os países do Cone Sul; e Bacia do Caribe para o Brasil. O autor ainda ressalta que, nos seus primórdios, a Escola Superior de Guerra (ESG) formulou uma doutrina de Segurança Nacional e que o principal defensor desta doutrina foi o Presidente Castello Branco.

Por fim, é importante destacar que Meira Mattos distingue dois conceitos fundamentais: *Defesa Nacional*, voltada principalmente para os aspectos militares e a proteção contra ameaças externas; e *Segurança Nacional*, de caráter mais abrangente, que envolve a proteção das instituições, o desenvolvimento do país e a preservação da estabilidade política interna, incluindo a prevenção de ameaças internas, como infiltrações e movimentos subversivos. O autor ressalta também que, segurança e desenvolvimento são interdependentes, pois uma segurança efetiva depende do progresso econômico e da integração entre o poder militar e a infraestrutura industrial e tecnológica da nação.

Em síntese, destacamos a contribuição de renomados autores internacionais e brasileiros para a formação da Geopolítica. Muitos desses pensadores enfatizam a importância do mar, seja como fator estratégico ou elemento central na geopolítica. Essas perspectivas ressaltam a interconexão entre o poder marítimo e a segurança nacional.

3.2 A AMAZÔNIA AZUL

Em 2004, o então Comandante da Marinha (CM), Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, apresentou pela primeira vez o conceito de Amazônia Azul em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 5 de fevereiro daquele ano. Neste artigo, o CM afirmou que, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), ratificada por diversos países, incluindo o Brasil, todos os

recursos econômicos situados na coluna d'água, no leito marinho e no subsolo ao longo de uma faixa costeira de 200 milhas náuticas de largura — denominada Zona Econômica Exclusiva (ZEE) — pertencem exclusivamente ao Estado costeiro. Em determinadas situações, a Plataforma Continental (PC) - que é o prolongamento natural do território terrestre de um Estado litorâneo - pode se estender além desse limite, permitindo ao país ampliar seus direitos econômicos até 350 milhas náuticas. A soma da ZEE com a área da PC, em nosso território, compõe a chamada Amazônia Azul®, que abrange quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados, adicionando ao território nacional uma área equivalente a mais da metade do território terrestre do país.

No site oficial da MB, em sua parte destinada à Amazônia Azul, observamos que podemos analisá-la sob a ótica de quatro vertentes: a econômica, a ambiental, a científica e a de soberania. Rulff (2009), nos ajuda a entender estas vertentes. Quando aborda a *Vertente Econômica*, o autor constata que 95% do comércio exterior nacional ocorre através do modal marítimo, demonstrando assim a imensa importância deste modal para o Brasil. Ele lembra também que a maior parte do petróleo nacional é extraído no mar além da nossa atividade pesqueira que, embora seja ainda realizada sem muitos aparatos tecnológicos, possui uma importância significativa. Ainda no viés econômico, o autor ressalta a importância dos nódulos polimetálicos¹¹ no nosso leito marinho, uma vez que caso esses recursos podem se esgotar nas suas jazidas terrestres. Por fim, ele cita também a importância dos esportes náuticos e da atividade de turismo que, em virtude de o Brasil possuir um clima favorável para essas atividades, estas tem apresentado um desenvolvimento acelerado.

Na *Vertente Ambiental*, Rulff (2009) destaca que o principal foco, em nível internacional, é promover o uso sustentável dos oceanos — um objetivo perseguido por diversas entidades governamentais e organizações não governamentais em todo o mundo. No contexto brasileiro, o autor ressalta a existência de várias iniciativas voltadas à conservação do meio ambiente marinho. Essas ações abrangem desde a conscientização da sociedade sobre a importância do tema até esforços concretos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Tais iniciativas contam com o apoio de

¹¹ “Os nódulos polimetálicos são depósitos minerais de ambientes marinhos, compostos por metais como manganês, ferro, cobalto, zinco, e que podem conter significativo conteúdo de elementos terras raras (ETR), níquel, cobre, zircônio, molibdênio e lítio”. Disponível em: <https://acadmin.com.br/2023/07/o-que-sao-os-nodulos-polimineralicos/>. Acesso: 01 maio 2025.

diferentes instituições, como a Marinha do Brasil (MB), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgãos estaduais e municipais, além de entidades não governamentais.

Sobre a *Vertente Científica*, Rulff destaca que existe uma série de projetos desta área que tem o intuito de usar racionalmente o mar. Ele cita a existência da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), composta por diversos Ministérios e Instituições e coordenada pelo CM. No site da CIRM¹², podemos verificar a existência de 4 programas principais a saber: PROANTAR¹³, LEPLAC¹⁴, PNGC¹⁵ e PSRM¹⁶ e dentro deste último programa há diversos planos e ações da CIMR como o GOOS-BRASIL¹⁷, REMPLAC¹⁸, REVIMAR¹⁹, PROILHAS²⁰ dentre outros.

Por fim, o autor conclui que a *Vertente da Soberania* se destaca como a mais relevante entre as demais, uma vez que os limites das águas sob jurisdição brasileira, na chamada Amazônia Azul, não são fisicamente perceptíveis no oceano, existindo apenas do ponto de vista jurídico. Essas delimitações são representadas por linhas imaginárias traçadas sobre o mar, o que faz com que a garantia da soberania nacional sobre essas áreas dependa da atuação efetiva da MB. Para assegurar o controle e a proteção desse vasto espaço marítimo, a Marinha realiza patrulhas e mantém presença constante com seus navios e aeronaves, frequentemente contando também com o apoio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

Diante destas quatro vertentes abordadas, podemos verificar a imensa importância da nossa Amazônia Azul e sua consequente necessidade de proteção diante das ameaças externas e internas. Isto posto, o mesmo CM que cunhou o conceito de Amazônia Azul frisa em sua entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo que:

Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção. Tratando-se de recursos naturais, a questão adquire conotações de soberania nacional, envolvendo políticas adequadas, que não se limitam a, mas incluem, necessariamente, a defesa daqueles recursos (Guimarães Carvalho, 2004, p. 13).

Ainda nesse contexto de proteção das nossas riquezas marinhas o Alte.

¹² <https://www.marinha.mil.br/secirm/> acessado em 02 de maio de 2025

¹³ Programa Antártico Brasileiro

¹⁴ Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

¹⁵ Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

¹⁶ Plano Setorial para os Recursos do Mar

¹⁷ Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima

¹⁸ Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira

¹⁹ Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha

²⁰ Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas

Guimarães Carvalho (2004) finaliza seu artigo dizendo que para isso acontecer, é fundamental que a MB disponha dos recursos adequados, lembrando o ensinamento de Rui Barbosa de que “esquadras de guerra não se evocam no imprevisto”²¹. O então CM continua escrevendo que para garantir, no futuro, uma estrutura capaz de assegurar os direitos do Brasil no mar, é indispensável planejar e executar políticas voltadas à exploração sustentável das riquezas da nossa Amazônia Azul, e que além disso, é necessário investir em meios que permitam a vigilância e a defesa dos interesses nacionais nas áreas marítimas.

3.3 A FUNÇÃO DA MB FRENTE AOS DESAFIOS DA AMAZÔNIA AZUL

Observamos no capítulo anterior os conceitos de Poder Nacional e dos Objetivos Nacionais de Defesa, constantes na PND e, agora, trazendo para as atribuições da MB, precisamos verificar a definição de Poder Marítimo. Para tal, recorreremos a publicação os Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM), EMA-301, que o define como sendo “a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais”.

Essa publicação ainda nos ensina que o Poder Marítimo é constituído de diversos elementos, que fazem parte das expressões do Poder Nacional diretamente relacionadas com a capacidade para utilizar o nosso mar e águas interiores a saber:

- a) o Poder Naval; b) a Marinha Mercante, as facilidades, os serviços e as organizações relacionados com os transportes aquaviários (marítimo e fluvial); c) a infraestrutura marítima e hidroviária: portos, terminais,clusas, meios e instalações de apoio e de controle, dentre outros; d) a indústria naval: estaleiros de construção e de reparos; e) a indústria de defesa de interesse naval; f) a indústria de pesca: embarcações, terminais e indústrias de processamento de pescado; g) as organizações e os meios de pesquisa e de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação de interesse para o uso do mar, das águas interiores e de seus recursos; h) as organizações e os meios de exploração ou de aproveitamento dos recursos do mar, de seu leito e de seu subsolo; e i) o pessoal que desempenha atividades relacionadas com o mar ou com as águas interiores e os estabelecimentos destinados à sua capacitação (EMA-301, 2023, p. 1-3 e 1-4).

Ainda sob a ótica do EMA-301, vemos que o Poder Naval abrange os meios

²¹ Barbosa, Rui – Obras Completas de Rui Barbosa - Cartas de Inglaterra, Vol. XXIII, Tomo 1, 1896, pág. 131.

navais, aeronavais e de fuzileiros navais, assim como as infraestruturas de suporte e as estruturas responsáveis pelo comando e controle, logística e administração. Além disso, forças e meios de apoio que não pertencem organicamente à Marinha do Brasil, mas que estejam empregados em suas missões e sob alguma forma de direção, comando ou controle por autoridade naval, também são considerados parte integrante do Poder Naval. Adicionalmente, relata sobre os setores onde o Poder Naval atua, os chamados Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN), que servem para definir as possíveis formas de emprego da MB em alto nível, facilitando a compreensão do escopo de atuação do Poder Naval nacional além de facilitar a comunicação estratégica entre a Marinha do Brasil e a sociedade. O texto disserta que existem quatro CAPN, a saber: Defesa Naval; Segurança Marítima; Diplomacia Naval; e Apoio às Ações do Estado.

Vale destacar que quando se fala em Segurança Marítima o EMA-301 a divide em duas vertentes: a *Proteção Marítima e Segurança da Navegação Aquaviária*.

A *Proteção Marítima* é caracterizada por um conjunto de medidas realizadas pelo Poder Naval, isoladamente ou em colaboração com outras entidades ou representantes do Estado, com o objetivo de assegurar e monitorar o cumprimento das leis e normas nas AJB, utilizando, quando necessário, a força de maneira restrita ou de forma coercitiva. Inclui, ainda, ações direcionadas ao combate de crimes transfronteiriços, infrações ambientais e demais atividades ilícitas.

Já a *Segurança da Navegação Aquaviária* consiste no conjunto de medidas e iniciativas de Segurança Marítima direcionadas às funções da Autoridade Marítima Brasileira (AMB)²², com o objetivo de garantir a proteção da vida humana e a segurança da navegação tanto no mar quanto nas vias navegáveis interiores, além de prevenir a poluição ambiental causada nas AJB. Inclui ainda, ações de caráter educativo, de capacitação de pessoal e preventivo.

Além disso, engloba todas as atividades que demandam prontidão e capacidade de resposta para enfrentar incidentes e acidentes de navegação, seja nas Águas Jurisdicionais Brasileiras ou em toda a área de responsabilidade de Busca e Salvamento (SAR) nacional.

A publicação complementa que o Poder Naval deve possuir as características

²² Definida como “atribuições Subsidiárias Particulares da MB. O Comandante da Marinha designado Autoridade Marítima do País” (EMA-301, 2023, p. 2-4).

de flexibilidade, versatilidade, permanência e mobilidade e, adicionalmente, possui seis tarefas básicas: a) controlar áreas marítimas e águas interiores; b) negar o uso do mar; c) projetar poder; d) realizar proteção marítima; e) prover a segurança da navegação aquaviária e f) contribuir para a segurança e desenvolvimento nacional.

Em síntese, pode-se concluir que o poder naval corresponde à própria Marinha do Brasil em sua dimensão militar. Ele representa o conjunto de forças, meios e estruturas sob responsabilidade da Marinha, sendo, portanto, a expressão militar do poder marítimo nacional. Deste modo, a MB é a instituição encarregada de sua preparação, emprego e administração, tanto em tempos de paz quanto em situações de conflito, com o objetivo de proteger os interesses nacionais ligados ao mar e às águas interiores.

Após verificarmos as principais definições, normas e leis acerca as atribuições da MB, não apenas como instituição permanente, mas também como a materialização do Poder Naval brasileiro, passaremos agora para a visão de alguns pensadores navais que a instituição já teve. Para isso, no trabalho de Rulff (2009) onde o Almirante Vidigal nos ensina ser possível perceber diversas fragilidades presentes na nossa Amazônia Azul. Como exemplo menciona a dependência do Brasil em relação ao transporte marítimo; as vastas extensões da ZEE e PC nacionais; a relevância do petróleo e do gás natural extraídos dessas áreas; além da concentração populacional e industrial brasileira na região costeira, tornando-as suscetíveis a eventuais ameaças provenientes do oceano.

Observa-se também que o Almirante Guimarães Carvalho (2004), ao introduzir o conceito de Amazônia Azul, expressou a preocupação de que, diferentemente da região amazônica terrestre - cujas fronteiras com os países vizinhos estão claramente delimitadas e vêm sendo efetivamente ocupadas por meio de investimentos em infraestrutura e pela presença de pelotões de fronteira - , o espaço marítimo brasileiro não recebia atenção equivalente. Já na chamada “Amazônia Azul”, os limites das AJB correspondem apenas a linhas imaginárias traçadas no mar, sem presença física visível. O que garante a existência e reconhecimento desse limite, é a presença de navios da MB realizando patrulhas e ações de presença.

Olhando para o PEM 2040 da Marinha do Brasil, conseguimos ter uma boa explicação de como a MB efetivamente cumpre todas essas atribuições frente a diversos desafios. Esta publicação, já no seu segundo capítulo, disserta sobre o cenário internacional atual, marcado por incertezas que provocam tensões e

instabilidades, e que pode acabar envolvendo o Brasil em tais dinâmicas. A partir disto, o texto aborda as principais ameaças que colocam em risco os interesses nacionais no mar e em águas interiores, podendo impactar negativamente o progresso do nosso país. Dentre elas podemos destacar a defesa da soberania; pesca ilegal, não declarada e não regulamentada; a pirataria; o terrorismo; e a disputa por recursos naturais.

Em seu capítulo seguinte o PEM aborda sobre o Conceito Estratégico Marítimo-Naval que, considerando a estratégia sob uma perspectiva essencialmente militar, ela pode ser entendida como a arte de utilizar o poder para alcançar objetivos políticos, superando obstáculos e antagonismos de diversas naturezas, não se limitando apenas aos de origem estatal.

No terceiro capítulo do PEM também é abordado a diferença, causada pela modernidade, dos Combates *no Mar* (que ocorrem em virtude de objetivos da política), para os Combates *pelo Mar* (que seriam causados por causa dos recursos marinhos). A publicação segue afirmando que este conceito estratégico deve dar prioridade não só para a interoperabilidade – isto é, a aptidão das FFAA para operar de forma eficaz conforme a estrutura de comando – mas também para a capacidade de realizar operações interagências, que nada mais são do que operações em que as FFAA são operam em conjunto com outros órgãos para harmonizar interesses e coordenar esforços, o que é essencial diante da extensão dos ambientes marítimos e fluviais brasileiros.

Por fim, este capítulo ainda nos mostra que a estratégia naval brasileira atual se baseia tanto no combate no mar quanto na defesa de interesses marítimos, especialmente relevantes na Amazônia Azul devido à sua riqueza e importância estratégica. A proteção desses interesses exige considerar a dispersão e relevância dos espaços marítimos e fluviais nacionais, orientando a definição de prioridades e sistemas de defesa. Em suma, o Poder Naval, além de enfrentar ameaças, é um instrumento da diplomacia por sua capacidade de operar em águas internacionais. Já a defesa das LCM e das instalações petrolíferas demanda sistemas proativos, com consciência situacional e agilidade, apoiados pelo SisGAAZ e pela modernização dos meios navais. Recomenda-se, assim, um controle duplo: maior presença em áreas críticas e mobilidade para regiões distantes. Além disso, os submarinos convencionais com propulsão nuclear são destacados como elementos estratégicos, principalmente pelo seu efeito dissuasório e capacidade de patrulha prolongada.

Diante da análise apresentada vemos que, a Amazônia Azul representa não apenas uma imensa fonte de riquezas e oportunidades, mas também um desafio estratégico de grande magnitude. Sua relevância econômica, ambiental, científica e de soberania exige políticas robustas e uma atuação permanente da MB, que se consolida como o principal agente de proteção e garantia dos interesses nacionais nesse território marítimo. O fortalecimento da presença naval, aliado à modernização de meios e à cooperação interagências, é fundamental para enfrentar ameaças contemporâneas, como a pesca ilegal, a pirataria e disputas por recursos naturais. Dessa forma, a defesa da Amazônia Azul se configura como elemento central para a consolidação da soberania e para o desenvolvimento sustentável, demandando constante vigilância, investimentos e planejamento estratégico de longo prazo.

4. GEOPOLÍTICA MARÍTIMA NO SÉCULO XXI: ANÁLISE CRÍTICA DAS NOVAS AMEAÇAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA AMAZÔNIA AZUL

Neste capítulo vamos analisar as transformações geopolíticas pós-Guerra Fria e as ameaças contemporâneas que redefinem os paradigmas de segurança global, com ênfase nas dinâmicas marítimas e estratégicas da Amazônia Azul. Partindo das reflexões de grandes autores, iremos explorar a transição de um modelo geopolítico centrado em território e recursos naturais para um sistema baseado em tecnologia, capital humano e rivalidades civilizacionais. Paralelamente, discutiremos a emergência de novos desafios e seus impactos na soberania nacional, destacando o papel do Poder Naval como eixo integrador de respostas estratégicas a ameaças multidimensionais.

4.1 A NOVA LEITURA DA GEOPOLÍTICA

A geopolítica global do século XXI é marcada por transformações estruturais que reconfiguram os eixos de poder, as dinâmicas de conflito e os referenciais teóricos para compreensão da ordem internacional. Vensentini (2012) nos apresenta sua ideia e de outros autores como Brzezinski, Kissinger e Perry que oferecem arcabouços analíticos indispensáveis para identificar essas mudanças paradigmáticas, que envolvem desde o declínio da unipolaridade estadunidense até a emergência de novas rivalidades civilizacionais.

Assim, Vensentini (2012), em sua obra *Novas Geopolíticas*, argumenta que a reconfiguração mundial após a Guerra Fria, marcada pela globalização e pela Terceira Revolução Industrial, transferiu o centro de poder para a tecnologia e o capital humano. Com isso, elementos tradicionais como recursos naturais e território perderam importância estratégica, como demonstra a ascensão do Japão por meio da inovação, em contraste com os insucessos de países que apostaram em estratégias baseadas em armamentos pesados, como Índia e Paquistão. A corrida armamentista mostrou-se um “beco sem saída”, com armas nucleares tornando-se inúteis estrategicamente, já que seu uso implicaria autodestruição, levando à priorização de tecnologias de precisão e economias civis sobre complexos militares. Paralelamente, o enfraquecimento relativo dos Estados nacionais e o surgimento de atores transnacionais (empresas, ONGs, blocos regionais) redefiniram as dinâmicas de

poder, substituindo o pragmatismo territorial-militar por conflitos econômicos, culturais e ambientais, enquanto abordagens críticas e interdisciplinares emergiram para analisar redes globais e tensões multifacetadas, tornando obsoletos os pressupostos clássicos alicerçados no Estado como único agente.

De acordo com Vesentini (2012), não há indicação de que a guerra ficou menos frequente e que as transformações no cenário militar contemporâneo, especialmente após o fim da Guerra Fria, refletem uma profunda mudança nos objetivos, estratégias e tecnologias de guerra. Nesse contexto, o autor cita o ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, William J. Perry, destacando que houve um redirecionamento na pesquisa e produção bélica, que deixou de enfatizar meios de destruição em massa para priorizar tecnologias de precisão. E segue argumentando que, na era da globalização e do liberalismo, o objetivo não é mais eliminar o inimigo, mas conquistá-lo e integrá-lo ao mercado global, substituindo armas nucleares, químicas ou biológicas por mísseis de alta precisão, sistemas de informação sofisticados e tecnologia *stealth* (furtiva). Além disso, ressalta que o ex-secretário aponta a permanência, como herança da Guerra Fria, da política de contenção na produção de armas nucleares. Nesse contexto, países como Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e Bielorrússia foram pressionados a desmantelar seus arsenais, enquanto aqueles que resistem a esses esforços acabam sendo submetidos a sanções e ao isolamento no cenário diplomático internacional.

Nesse contexto, Vesentini (2012) também recorre à análise de Perry, ao afirmar que a concepção de defesa passou por uma transformação, deixando de se basear unicamente na ameaça e na dissuasão para adotar uma abordagem preventiva. Segundo o ex-secretário, o modelo de prontidão constante, característico da Guerra Fria, foi substituído por estratégias voltadas à antecipação de ameaças dispersas e difusas, oriundas de grupos terroristas, Estados que os apoiam ou instabilidades regionais. Essa nova abordagem privilegia o uso de armamentos de alta precisão, capazes de realizar intervenções cirúrgicas que minimizam riscos para os soldados e evitam danos colaterais, além de responder às crescentes sensibilidades sociais quanto às perdas humanas. Com relação ao perfil do soldado, Vesentini (2012) citando Perry, aponta que o recrutamento obrigatório deu lugar ao engajamento voluntário e à competição por profissionais altamente qualificados, cuja formação técnica e capacidade de processamento de informações são mais valorizadas do que

a força física.

Dando continuidade às ideias de Perry, Vesentini (2012) ressalta que essa transformação representa uma verdadeira revolução na logística e na gestão da informação militar. Nesse novo contexto, a rapidez na obtenção e o controle da qualidade das informações, combinados com a aplicação do sistema *just-in-time*²³ (no tempo certo), tornam-se elementos centrais para garantir a eficácia das operações militares. Por fim, reforça que, apesar dessas inovações, países como Paquistão, Índia e China continuam a manter estratégias baseadas em armas nucleares e destruição em massa, evidenciando que, em certas regiões, a dissuasão nuclear e os conflitos territoriais ainda permanecem relevantes. De acordo com este autor, Perry defende que essa persistência demonstra que a evolução do poder militar global não é homogênea, sendo influenciada por fatores políticos, econômicos e tecnológicos específicos de cada contexto regional.

Em outra parte de seu livro, Vesentini (2012) examina as contribuições de Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski para a redefinição da geopolítica global no período pós-Guerra Fria, situando-os como expoentes de um “realismo geoestratégico” adaptado às transformações do fim da bipolaridade. Para o autor, ambos representam vertentes complementares da tradição realista nas relações internacionais, embora com ênfases distintas na interpretação do poder estadunidense e dos desafios da nova ordem mundial.

Nesse sentido, o autor afirma que Kissinger demonstra, de forma recorrente, uma preocupação central com a proteção dos interesses dos Estados Unidos no cenário internacional, buscando um ambiente global de estabilidade e cooperação que favoreça o andamento dos negócios e permita identificar e enfrentar ameaças por meio de uma análise pragmática dos fatos. O autor segue abordando que com o declínio da ameaça soviética, Kissinger passa a enxergar novos desafios principalmente na Ásia. Ele destaca o Japão como um concorrente econômico que estaria se afastando das diretrizes de segurança e política externa dos EUA, além de aumentar seus investimentos em defesa. Menciona ainda a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte, países que persistem em desenvolver arsenais nucleares e, assim, podem comprometer a estabilidade regional. No caso da China, Kissinger observa

²³ Sistema que visa entregar produtos ou serviços exatamente quando são necessários, minimizando o estoque, os custos e os desperdícios.

uma disputa pela liderança no Leste Asiático, acompanhada pela modernização militar e ampliação do poder nuclear, o que contribui para que a opinião pública americana enxergue como a “nova grande ameaça”. Para ele, no entanto, a abordagem mais apropriada é a da conciliação de interesses, evitando o confronto direto, independentemente da orientação política dos governantes americanos. Kissinger ressalta que o principal ponto de tensão entre EUA e China reside nos crescentes superávits comerciais chineses e não nas divergências ideológicas (Vesentini, 2012).

Com isso, pode-se inferir que, as concepções geopolíticas de Brzezinski eram semelhantes às de Kissinger, fundamentando uma estratégia minuciosa para a atuação dos Estados Unidos na Eurásia. Essa orientação estratégica se baseava na clássica perspectiva de Mackinder, segundo a qual a Eurásia representa o núcleo do poder global. Para Brzezinski, apesar de os EUA terem se tornado a principal potência mundial, a Eurásia permanece como o eixo fundamental do equilíbrio internacional (id.).

Por fim, Vesentini (2012) conclui que o conceito de verdade está intrinsecamente ligado ao poder. Não existe uma única verdade, mas sim múltiplas verdades e essa multiplicidade não deve ser confundida com relativismo ou ecletismo, mas sim entendida como pluralismo. Trata-se de uma postura intelectual que reconhece diferentes perspectivas, mantendo a coerência interna de cada uma, e está aberta ao diálogo com outras interpretações, sem preconceitos. Não há garantia de que uma única corrente de pensamento prevalecerá; é possível que várias coexistam, gerando conflitos que, por sua vez, podem provocar transformações históricas ainda imprevisíveis.

Nesse sentido, segue discorrendo que os conflitos contemporâneos no cenário global apresentam, em diferentes proporções, dimensões econômicas, políticas, culturais e militares, e, em situações extremas, podem até escapar à lógica racional tradicional. Assim, as chamadas “novas geopolíticas” refletem, ao menos em parte, a complexidade dessa realidade.

Por último, o autor afirma que essas “novas geopolíticas” surgem justamente como tentativas de reinterpretar o contexto pós-Guerra Fria, marcado pela globalização e pela terceira revolução industrial. Vesentini acha que é importante evitar tanto o apego excessivo ao realismo quanto a supervalorização de atores secundários, pois a história se desenvolve em um constante equilíbrio entre as condições estabelecidas e os elementos imprevisíveis, como o acaso, os conflitos e o

surgimento de novidades. Diversos episódios históricos mostram que os desfechos frequentemente diferem das intenções originais, resultando em combinações inesperadas de propostas e até mesmo no aparecimento de novas realidades. O futuro, por sua natureza, permanece fora dos mapas conhecidos (id.).

Face ao exposto, podemos observar como o fim da Guerra Fria e a globalização reconfiguraram fundamentalmente os eixos de poder mundial. Em todas as ideias analisadas, observa-se uma transição do modelo clássico baseado em território e recursos naturais para um sistema centrado em tecnologia, capital humano e rivalidades civilizacionais. Essa nova ordem mundial, caracterizada pela emergência de atores transnacionais e pela redefinição do papel dos Estados, exige, portanto, a utilização de abordagens interdisciplinares e pluralistas para compreender conflitos que transcendem as dimensões econômicas e políticas tradicionais, incorporando elementos culturais, ambientais e tecnológicos em uma realidade geopolítica onde múltiplas verdades coexistem e o futuro permanece imprevisível.

4.2 AS NOVAS AMEAÇAS DO SÉCULO XXI

Após analisarmos as transformações geopolíticas ocorridas no período pós-Guerra Fria, voltamo-nos agora à compreensão das ameaças contemporâneas. Para isso, recorreremos inicialmente ao artigo de Farias Júnior (2021), que apresenta a guerra híbrida como um conceito estratégico que articula, de forma coordenada, métodos convencionais e não convencionais. Essa forma de guerra combina ações militares, cibernéticas, econômicas, psicológicas e de desinformação com o objetivo de alcançar metas políticas sem a necessidade de uma declaração formal de guerra. Caracteriza-se, ainda, por uma ambiguidade deliberada, na qual atores estatais e não estatais empregam táticas irregulares — como o uso de grupos paramilitares, operações de influência e ataques a infraestruturas críticas — paralelamente a instrumentos tradicionais de combate. O propósito dessas ações é desestabilizar instituições, enfraquecer a coesão social e minar a legitimidade do governo adversário. Esta modalidade de conflito dilui as fronteiras entre guerra e paz, aproveitando-se de vulnerabilidades sistêmicas em setores como comunicação, energia e finanças, enquanto evita confrontação direta que justifique respostas tradicionais.

O autor segue abordando a definição ocidental, que conforme a OTAN, enfatiza

a “combinação de meios militares e não militares, secretos e abertos” (Farias Júnior, 2021, p. 2), incluindo o uso coordenado de forças regulares, ciberataques e campanhas de desinformação para semear dúvidas nas populações-alvo. Em contraponto, a visão russa, associada à "Doutrina Gerasimov²⁴", apresenta o hibridismo como resposta a ameaças percebidas, utilizando operações sigilosas, apoio a grupos separatistas e manipulação de narrativas históricas para criar zonas de influência, como exemplificado na anexação da Crimeia em 2014. Ambos os modelos convergem na importância da sincronização entre as dimensões físicas e informacionais, porém divergem na atribuição de protagonismo a atores estatais versus proxies não identificáveis (Farias Júnior, 2021).

De forma complementar, De Araújo (2024) aborda o que denomina de "Digitalização da Guerra". O autor baseia-se na afirmação de Martin Van Creveld, segundo a qual, no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), o mundo passou por uma complexificação inédita dos mecanismos de guerra, impulsionada pela revolução digital inaugurada com o advento da computação emergente. A introdução de tecnologias informáticas não apenas refinou sistemas de armamento, mas também redesenhou estruturas logísticas, protocolos de treinamento e mecanismos de manutenção, exigindo integração entre hardwares especializados e fluxos de dados codificados. Paralelamente, organizações militares foram compelidas a reformular seus modelos operacionais para gerenciar demandas exponenciais de processamento, coordenação, transmissão e armazenamento de dados, desafio ampliado pela escalada volumétrica e temporal das operações estratégicas.

Ainda sob a perspectiva de Van Creveld, De Araújo (2024) ressalta que os avanços na computação possibilitaram a automação gradual de diversos processos, otimizando tarefas que anteriormente exigiam intervenção humana direta. A sinergia entre algoritmos e infraestruturas críticas redefiniu os padrões de eficiência operacional, enquanto a digitalização das redes de comando e controle estabeleceu novos níveis de precisão na condução de operações militares. Nesse cenário, a informação passou a ocupar uma posição central como recurso estratégico na configuração bélica contemporânea. Por fim, o autor, apoiando-se na visão de Van

²⁴ A Doutrina Gerasimov é uma estratégia militar russa que combina guerra convencional, operações cibernéticas, desinformação e influência política para alcançar objetivos sem confronto direto. Ela enfatiza o uso integrado de meios militares e não militares para desestabilizar adversários (Bartles, 2016).

Crevelde, destaca a crescente incorporação de especialistas técnicos e analistas de sistemas às estruturas militares, responsáveis pela gestão de infraestruturas computacionais complexas. De Araújo (2024) nos apresenta também mais uma nova ameaça, quando explicita que existe uma doutrina militar conhecida como Guerra Centrada em Redes (GCR), também conhecido pelo termo em inglês *Network-Centric Warfare* (NCW), que começou a ser mencionado na década de 1990. Esse conceito emergiu como resposta à necessidade crescente dos Estados Unidos de gerenciar, em escala mundial, as informações relacionadas à distribuição de suas forças armadas.

O mesmo autor segue abordando que a GCR oferece às forças armadas uma capacidade elevada de adaptação, permitindo que elas alterem rapidamente sua estrutura de acordo com as exigências de diferentes operações e se ajustem, em tempo real, às condições do campo de batalha, especialmente diante de ameaças assimétricas. Além disso, essa estratégia tem o potencial de ampliar tanto a quantidade quanto a qualidade das informações e do conhecimento acessível aos comandantes, em todos os níveis hierárquicos, tanto dentro quanto fora do teatro de operações. Para o autor, além do gerenciamento da dispersão geográfica das tropas, a GCR busca alcançar a chamada “superioridade de informação” (De Araújo, 2024).

Voltando nossos olhares para o PEM 2040, vemos que em seu segundo capítulo também são listadas algumas possíveis ameaças que atualmente nossa Amazônia Azul pode sofrer. A publicação começa citando que para *Defesa da Soberania* é necessário preparação estratégica contra ameaças que comprometam objetivos vitais, como a vulnerabilidade de instalações energéticas em conflitos e pressões de potências navais capazes de afetar o tráfego marítimo e o comércio. Paralelamente, o PEM cita que a *Pirataria* no Atlântico Sul, concentrada no Golfo da Guiné - área do entorno estratégico brasileiro -, ameaça estruturas offshore e exige presença naval efetiva para proteger infraestruturas críticas.

A publicação cita também a *Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada*, como responsável por perdas monetárias para o Brasil, além de degradar ecossistemas marinhos e economias costeiras. Essa atividade ilícita interliga-se a *Acessos Ilegais a Conhecimentos: Fauna, Flora e Biopirataria*, onde agências estrangeiras e agentes infiltrados buscam dados estratégicos sobre a biodiversidade das Amazônias Azul e Verde, exigindo esforços de contrainteligência para proteger patrimônios biológicos.

Outra ameaça que o PEM cita é o *Crime Organizado*²⁵ e *Conflitos Urbanos*²⁶, que utilizam hidrovias e fronteiras para tráfico de drogas, armas e seres humanos, alimentando a violência urbana. Já o *Terrorismo*, elevado na agenda de segurança desde o 11 de setembro, inclui riscos como ataques marítimos com embarcações ou aeronaves remotas, capazes de afetar a produção global de petróleo, além do uso potencial de armas NBQR²⁷.

O PEM também discorre sobre as *Ameaças Cibernéticas* que se destacam pelo caráter transfronteiriço, com ataques a infraestruturas críticas marítimas, muitas vezes atribuíveis a criminosos ou Estados, como sabotagens digitais e implantações de *malware*. Em paralelo, *Questões Ambientais, Desastres Naturais e Pandemias* — como vazamentos de óleo e a COVID-19 — impactam economia, saúde pública e expõem riscos de ingerência internacional sob pretexto ambiental, e por fim, a última ameaça citada no PEM é a *Disputa por Recursos Naturais* no Atlântico Sul, envolvendo energia, água e minerais raros, persiste em conflitos híbridos, exigindo consolidação da ZOPACAS e fortalecimento de sistemas de defesa. Assim, fica evidente que, essa complexa teia de desafios tradicionais e emergentes demanda integração entre Forças Armadas, políticas públicas e cooperação internacional, assegurando soberania e resposta eficaz a ameaças multidimensionais.

Por fim, quando nos debruçamos novamente sobre os Fundamentos Doutrinários da Marinha (EMA-301) vemos que os Efeitos do Poder Naval se referem aos resultados ou condições favoráveis obtidos da aplicação desse poder, quando seus propósitos são alcançados. Esses efeitos são fruto da combinação de diferentes capacidades navais, que atuam de forma integrada para contribuir diretamente na superação de desafios e na proteção de objetivos ou interesses estratégicos. A publicação segue apresentando os vários efeitos do Poder Naval em cada um dos seus Campos de Atuação (CAPN).

Como esse trabalho possui um foco na Amazônia Azul, destacaremos apenas

²⁵ “Nesse sentido, têm destaque crimes ambientais, tráfico de drogas, armas e seres humanos, flagelos que realimentam a violência urbana e adoecem a sociedade brasileira, requerendo uma atuação firme e inteligente do Estado nas fronteiras marítimas e fluviais” (PEM 2040, 2020, p. 26)

²⁶ “Grandes deslocamentos populacionais, especial mente em situações de crise e/ou comprometimento da estabilidade política, costumam ser acompanhados de elevação da criminalidade nos locais de destino, resultado da grande massa de pessoas sem local de permanência fixo, da falta de emprego e de divergências culturais” (Id. Ib.)

²⁷ Nucleares, Biológicas, Químicas e Radiológicas.

os efeitos diretamente relacionados a ela, a saber: Controle de Área Marítima de Interesse; Negação do Uso de Área Marítima de Interesse; Proteção de Infraestruturas Críticas do Poder Marítimo; Proteção de Linhas de Comunicação Marítimas; Interdição das Linhas de Comunicação Marítimas; Defesa e Retomada de Ilhas Oceânicas Nacionais; Neutralização de Alvos de Interesse Militar; Monitoramento; Controle do Tráfego de Embarcações e Influência no Ambiente Informacional; Repressão à exploração e exploração não autorizada dos recursos vivos e não vivos das AJB; Repressão a Ilícitos Transfronteiriços e Ambientais; Produção de Informações de Segurança da Navegação; Salvaguarda dos Auxílios à Navegação; Fiscalização do Tráfego Aquaviário e Prevenção da Poluição Hídrica por Embarcações.

Dessa forma, observamos uma relação direta de causa e efeito, onde as ameaças representam o propósito que direciona a ação militar. Em outras palavras, para cada ameaça identificada pelo PEM 2040, a Marinha executa ações específicas (patrulhas, esclarecimentos, abordagens, por exemplo). O sucesso dessas ações resulta em Efeitos favoráveis, que são a neutralização ou mitigação da ameaça original. Os Efeitos do Poder Naval não são, portanto, uma lista abstrata de capacidades, mas o próprio objetivo da aplicação do poder, demonstrando a conexão intrínseca entre o desafio imposto (a Ameaça) e o resultado almejado (o Efeito).

Essa associação se torna clara ao conectarmos exemplos concretos. Para contrapor a Guerra Híbrida e as Ameaças Cibernéticas, que representam desafios à soberania por meios não convencionais, a resposta se enquadra no Campo de Atuação *Defesa Naval*. Nesse contexto, o propósito de proteger a soberania informacional e física é alcançado por meio dos efeitos de Influência no Ambiente Informacional e Proteção de Infraestruturas Críticas do Poder Marítimo. Por sua vez, ameaças como a Pirataria, a Pesca Ilegal e o Crime Organizado são combatidas no âmbito do Campo de Atuação *Segurança Marítima*, que visa contrapor delitos transfronteiriços e outras atividades ilícitas, especialmente as praticadas por atores não estatais. A neutralização dessas ameaças se materializa nos efeitos de Repressão a Ilícitos Transfronteiriços e Ambientais e Repressão à exploração não autorizada de recursos, viabilizados por ações que geram Monitoramento e Fiscalização do Tráfego Aquaviário. Por fim, é importante ressaltar que os desafios diretos à soberania, propósito primordial da existência da Força, demandam uma resposta robusta também no escopo da *Defesa Naval*, materializada nos efeitos de Controle de Área Marítima de Interesse ou, em cenários mais graves, a Negação do

Uso de Área Marítima de Interesse a forças hostis.

Isto posto, podemos concluir que a reconfiguração geopolítica do século XXI, exige abordagens inovadoras para garantir segurança e soberania. As análises apresentadas evidenciam que diversas ameaças demandam sinergia entre capacidades militares e políticas pública. O Poder Naval, com seus efeitos estratégicos, consolida-se como pilar essencial para neutralizar riscos e preservar interesses nacionais em um cenário global cada vez mais complexo e imprevisível.

5. CONCLUSÃO E SUBSÍDIOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Este trabalho buscou analisar o papel da Marinha do Brasil (MB) na defesa do território e soberania nacional, examinando a Política Nacional de Defesa (PND) sob uma perspectiva contrastante entre teoria e empiria, e considerando aspectos históricos, jurídicos e políticos.

Buscou-se demonstrar a intrínseca relação entre a Política Nacional de Defesa e a Marinha do Brasil na salvaguarda da soberania e no fomento do desenvolvimento nacional. A PND e seus documentos correlatos fornecem a estrutura para a atuação da MB, que, por sua vez, materializa essa política através de suas capacidades e programas estratégicos na vasta área da Amazônia Azul. Os desafios geopolíticos e as novas ameaças do século XXI sublinham a necessidade de uma PND dinâmica, capaz de se adaptar às mudanças e garantir que o Brasil possua os meios necessários para proteger seus interesses marítimos e globais. Considerando as análises realizadas, e a importância de uma PND robusta e adaptável aos desafios modernos, à maneira de conclusão, serão propostos a seguir alguns subsídios para o seu aprimoramento.

O primeiro seria a fixação, em porcentagem do PIB, para o orçamento da área de Defesa:

Como vimos no capítulo 2, só a MB possui sete programas estratégicos na Força e, que por consequência, faz-se necessário um aporte de recursos para tal. No mesmo capítulo, também observamos que esse aporte de recursos não é constante nem previsível, portando, como uma primeira proposta de aprimoramento, sugere-se que a PND deva ir além da mera menção da necessidade de regularidade financeira, propondo e buscando a institucionalização de um percentual mínimo do Produto Interno Bruto (PIB) a ser anualmente destinado ao orçamento da Defesa. Este percentual deverá ser estabelecido com base em estudos técnicos aprofundados que considerem não apenas as necessidades operacionais e de manutenção das Forças Armadas, mas também os investimentos cruciais em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), bem como o fortalecimento contínuo da Base Industrial de Defesa (BID). Adicionalmente, para mitigar o impacto das flutuações orçamentárias anuais e garantir a sustentabilidade de projetos de longo prazo, a PND poderia recomendar a criação de um fundo soberano de defesa, abastecido por fontes de receita

extraordinárias – como os royalties provenientes da exploração de recursos na Amazônia Azul ou participações governamentais em grandes projetos de infraestrutura estratégica.

A garantia de recursos financeiros adequados, previsíveis e regulares é um pilar insubstituível para a capacidade de manutenção, modernização e preparo das Forças Armadas. As restrições orçamentárias, configuram um desafio recorrente que pode comprometer severamente a capacidade da Marinha do Brasil de cumprir suas missões constitucionais e de atenderem eficazmente às diretrizes da PND.

A segunda seria a inclusão explícita da Amazônia Azul como Prioridade Nacional na PND:

Ainda no segundo capítulo deste trabalho, podemos observar que a Amazônia Azul, até consta na PND, mas de uma forma muito simplificada e apenas quando se fala nos diversos ambientes nacionais e internacionais, sendo ela “apenas” mais um desses ambientes. Logo, uma outra ideia para aprimoramento da PND, seria a sua reformulação para incluir uma seção específica e detalhada que eleve a Amazônia Azul à categoria de prioridade estratégica nacional inquestionável. Esta seção deve ir além de uma menção descritiva, explicitando de forma categórica a imperativa importância da sua proteção e do desenvolvimento sustentável dos seus vastos recursos como um objetivo nacional de defesa primordial. Para tal, a PND deverá delinear as ações e investimentos multifacetados e multissetoriais necessários para garantir a plena soberania sobre essa área, a segurança marítima integral e a exploração sustentável de seus recursos. Tais ações deverão envolver não apenas a Marinha do Brasil - como seu principal agente -, mas também uma coordenação robusta e integrada com outros órgãos governamentais além da sociedade civil. Ademais, a PND deve fomentar a criação de um plano de desenvolvimento integrado para a Amazônia Azul, com metas e indicadores claros de desempenho, e com um sistema de governança que assegure a sinergia entre os diversos atores.

A justificativa para esta proposição é estratégica e intrínseca à segurança e ao futuro do Brasil. Embora o documento atual reconheça a vasta área oceânica e a importância do Atlântico Sul, não há uma priorização explícita e detalhada da Amazônia Azul como um objetivo nacional fundamental e de caráter intersetorial. final, como se sabe, a Amazônia Azul não é apenas um vasto espaço geográfico; é uma imensa fonte de riquezas naturais, englobando reservas de petróleo e gás, uma biodiversidade marinha ainda inexplorada e recursos minerais de alto valor. Além

disso, representa um corredor estratégico vital para o tráfego marítimo internacional e para o comércio exterior brasileiro. Isto posto, a proteção e o controle efetivo dessa área são cruciais para a soberania nacional e para o desenvolvimento econômico sustentável do país, especialmente diante das crescentes disputas por recursos naturais e do recrudescimento de atividades ilícitas transnacionais, como a pesca ilegal, a pirataria e a biopirataria.

Por fim, o fortalecimento da Capacidade de Conscientização da Sociedade sobre a Defesa Nacional:

Nos capítulos 3 e 4 foram assinaladas grandes e rápidas mudanças na geopolítica mundial, exigindo das grandes nações e, por consequência de suas FFAA, uma célere alteração em suas estratégias. Como numa democracia todo governo vem do povo, torna-se importantíssimo que nossa população tenha ciência da importância de se possuir FFAA fortes e respeitadas. Por isso, como uma última sugestão a ser apontada a PND poderá estabelecer diretrizes claras e abrangentes para o desenvolvimento e implementação de programas nacionais de conscientização da sociedade sobre a importância da Defesa Nacional e o papel insubstituível das FFAA. Esses programas deverão ser concebidos para atingir diferentes níveis educacionais, desde o ensino básico até o superior, e deverão ser veiculados através de campanhas de comunicação multimídia, utilizando plataformas digitais e tradicionais. O objetivo principal é informar os cidadãos sobre os objetivos da PND, as ameaças multifacetadas à soberania e os benefícios estratégicos e econômicos do investimento no setor de defesa para o desenvolvimento integral do país. Uma sociedade bem-informada, engajada e consciente da importância da defesa nacional é um ativo estratégico fundamental. Sem esse apoio, a alocação de recursos e a implementação de políticas de defesa de longo prazo tornam-se politicamente mais complexas e vulneráveis a flutuações. A ausência de uma cultura de defesa consolidada pode levar à subestimação das ameaças reais e à desvalorização do papel vital das FFAA na garantia da paz e da segurança. A "Mentalidade Marítima", por exemplo, é crucial para que o país, em sua totalidade, reconheça a relevância estratégica da Amazônia Azul e dos recursos marítimos para seu futuro econômico e de segurança.

Em síntese, demonstrou-se que a PND e seus documentos correlatos fornecem o arcabouço para a atuação da MB, que, por sua vez, materializa essa política através de suas capacidades e programas estratégicos na vasta área da Amazônia Azul. Diante dos desafios geopolíticos e das novas ameaças do século XXI, a necessidade

de uma PND dinâmica, capaz de se adaptar às mudanças e garantir que o Brasil possua os meios necessários para proteger seus interesses marítimos e globais, torna-se ainda mais premente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa - Cartas de Inglaterra**. Vol. XXIII, Tomo 1, 1896.

BARTLES, Charles K. Para Entender Gerasimov. **Military Review**, p. 46-53, mar./abr. 2016.

BORELLI, Patricia Capelini. **Estratégia Nacional de Defesa**. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). Dicionário de segurança e defesa. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unesp, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Estado-Maior da Armada. Fundamentos Doutrinários da Marinha: EMA-301-FDM**. 1. ed. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2023.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha 2040: PEM 2040**. Brasília: Marinha do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Com novo PAC, Defesa investirá R\$ 53 bilhões em tecnologias estratégicas que garantem a soberania nacional**.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle: MD31-M-03**. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa: END**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040**. 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa: PND**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/sobre>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Portal da Transparência. **Função: Defesa Nacional**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/05-defesa-nacional?ano=2024>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Site oficial. **Navios da Marinha levam atendimento de saúde a ribeirinhos na Amazônia. Publicado em: 06 jan. 2022. Atualizado em: 31 out. 2022.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/01/navios-da-marinha-levam-atendimento-de-saude-a-ribeirinhos-na-amazonia>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CERQUEIRA, T. **Conexão Brasil-África: saiba como a Marinha contribui para o desenvolvimento do Atlântico.** Agência Marinha de Notícias, 23 out. 2023. Disponível em: <<https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/conexao-brasil-africa-saiba-como-marinha-contribui-para-o-desenvolvimento-do-atlantico>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DE ARAÚJO, Carlos Alexandre de. **Sistema de gerenciamento da Amazônia Azul: de sua gênese a uma proposta de processo decisório em defesa e governança tecnológica para a Marinha do Brasil.** 2024. 331 f. Tese (Doutorado Profissional em Estudos Marítimos) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2024.

DE SOUZA, V. L. M. **Defesa e diplomacia – o Brasil e as missões de paz da ONU.** Revista de Villegagnon, 2012. Disponível em: <<https://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000005/000005a1.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FARIAS JÚNIOR, Jairo Luiz Fremdling. **Guerra Híbrida: Qual a importância do conceito?** Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2021.

FERREIRA, I. **ONU Brasil e Forças Armadas homenageiam Forças de Paz.** 30 maio 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/184072-onu-brasil-e-for%C3%A7as-armadas-homenageiam-for%C3%A7as-de-paz>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GUIMARÃES CARVALHO, Roberto de. **A outra Amazônia.** 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2502200409.htm>. Acesso em: 01 maio 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Cluster marítimo brasileiro.** Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/cluster-maritimo>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MARINHA DO BRASIL. ESTADO-MAIOR DA ARMADA. **FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS DA MARINHA (FDM)**, EMA-301, ostensivo. 2023.

MARINHA DO BRASIL. **Marinha deixa a UNIFIL.** Disponível em: <<https://forcaaerea.com.br/marinha-deixa-a-unifil/>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MARINHA DO BRASIL. **MINUSTAH.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfm/minustah>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e modernidade.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

NÓBREGA, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/ajuste/com-novo->>

pac-defesa-investira-r-53-bilhoes-em-tecnologias-estrategicas-que-garantem-a-soberania-nacional>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ORO DE CARVALHO, Marcelo. **Levantamento Hidrográfico e Sinalização Náutica Fluvial**. In: A Marinha na Amazônia Ocidental. [S.l.: s.n.], [202-]. p. 150–176.

PEREIRA, Eduardo Alves. **Guerras híbridas: doutrinas na Marinha do Brasil**. 2024. Monografia (Curso Superior) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2024.

PINTO, Osmar de Souza. **Geopolítica e guerra do século XXI: as guerras do Golfo como referência**. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 85–122, 2015.

PLUM, Mariana Nascimento. **Livro Branco de Defesa: por quê? Para quê? Para quem?** In: IREE Defesa & Segurança, 9 dez. 2020. Disponível em: <<https://iree.org.br/defesa/livro-branco-de-defesa-por-que-para-que-para-quem/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RODRIGUES, A. **Marinha do Brasil: 50 anos de proteção na Amazônia**. Agência Marinha De Notícias, 23 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.agencia.marinha.mil.br/protacao-maritima/marinha-do-brasil-50-anos-de-protacao-na-amazonia>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RODRIGUES, L. e RIBEIRO, L. **Lula promete aumentar verba para Defesa em 2024 e priorizar projetos que Bolsonaro deixou de lado**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-promete-aumentar-verba-para-defesa-em-2024-e-priorizar-projetos-que-bolsonaro-deixou-de-lado/>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RULFF, Jorge José de Moraes. **A importância da Marinha do Brasil na defesa da Amazônia Azul**. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA FILHO, Marcos e Patentes. **Amazônia Azul é marca registrada da Marinha**. Disponível em: <<https://silvafilho.com.br/amazonia-azul-e-marca-registrada-da-marinha/>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUSA, Otacílio. **Análise das políticas públicas de esporte e lazer no Governo Federal: 2003-2010**. 2016. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SOUZA, Camila da Silva. **Risco global e os documentos de defesa no Brasil: uma análise preliminar**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2022.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas: permanências e mudanças nas relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2012.